

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU – 19/06/2013

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de 2013 (dois mil e treze) estiveram reunidos na sede da APA Cairuçu representantes de instituições públicas e da sociedade civil do município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho e Chefe da APA, Eduardo Godoy Aires de Souza, para discutir sobre a seguinte pauta: Abertura; orientações sobre o Conselho e a revisão do plano de manejo pelo ICMBio; Informes (andamento do trabalho da CT Zonas de Uso Conflitante e reuniões com MPF sobre as ilhas); trabalho em grupos (definição de coordenação, relatoria e calendário de reuniões de cada CT da revisão do plano de manejo); encaminhamentos.

O presidente do CONAPA, Eduardo Godoy, fez a abertura da reunião às 14:20h dando boas vindas a todos e apresentando a equipe do ICMBio presente na reunião (Luis Felipe de Lucca, coordenador regional CR-8; Rogério Rocco, assessor do coordenador e Anderson Nascimento, coordenador substituto, que foi o moderador da reunião). Apresentou também alguns convidados das CTs presentes, Teresinha (Ilha do Cedro), Fabiano e Sabiá (Ponta Grossa). Por fim, apresentou o objetivo da reunião: retomar e orientar os trabalhos de revisão do plano de manejo da APA Cairuçu.

Anderson Nascimento se apresentou como moderador da reunião e apresentou a pauta do dia. Gibrail Junior informou que não faria o informe da CT de Zonas de Uso Conflitante por não ter tido tempo de preparar a apresentação.

Luis Felipe se apresentou, falando sobre os trabalhos e a abrangência da CR-8, e destacou a APA Cairuçu como prioridade de gestão neste momento. Falou que o atentado sofrido recentemente por servidoras da APA foi um alerta que mostrou que há algo errado, e que o ICMBio está transformando este fato lamentável em uma oportunidade de melhorar a gestão dos conflitos desta UC, que está agora no centro das atenções do ICMBio e do próprio MMA. Lembrou que o presidente do Instituto na ocasião esteve em Paraty, onde se reuniu com diversos setores da sociedade, e informou que a instituição elaborou um plano de ação para gerir melhor os conflitos da APA. Falou sobre o Conselho como um espaço democrático que vai dar subsídios ao processo de revisão do plano de manejo da APA Cairuçu, embora não seja o único ator neste processo. Ressaltou também que todos os trabalhos anteriores acumulados serão incorporados, junto com os futuros produtos do Conselho, no processo de revisão, e levados às instâncias superiores decisórias do ICMBio. Falou sobre a conversa com o Prefeito Casé, que demonstrou preocupação com a continuidade da revisão do plano de manejo, e que o ICMBio garante que o processo seguirá, apesar da paralisação momentânea ocorrida logo após o atentado, que foi necessária à reorganização da Instituição naquele momento. Disse ainda que hoje este processo de revisão está sendo feito com maior respaldo institucional. Ressaltou a necessidade de haver um ambiente pacífico dentro do Conselho, pois ambientes hostis geram situações muito negativas. Por fim, lembrou que o ICMBio, o MMA e o Conselho, cada um tem seu papel dentro deste processo de revisão de plano de manejo, e cada um deve ter isso claro. Finalizou sua fala colocando a CR-8 a disposição para colaborar no que for necessário neste processo.

A seguir, alguns conselheiros expressaram o desejo de falar, e o moderador informou que haveria um momento logo após a fala do Rogério Rocco para debate. Após alguma discussão sobre a forma de conduzir estas falas, a palavra foi passada a Rogério Rocco.

Rogério Rocco se apresentou e iniciou sua fala dizendo que ele e a equipe do ICMBio trazem a visão institucional (do momento e do processo de revisão do plano de manejo), por ser esta mesmo sua função, mas reconhecendo que a visão do Conselho sobre este processo é importante e também é e deve ser levada em consideração. Falou um pouco sobre a categoria APA, e a complexidade que é elaborar (e rever) seus planos de manejo, por tratarem de planos de gestão territorial. E justamente por serem os processos territoriais muito dinâmicos, os planos de manejo devem ser revistos a cada cinco anos. Fez um breve histórico da APA Cairuçu, lembrando que em 2005, quando foi publicado seu plano de manejo, a Unidade estava muito pouco implementada, pois carecia de equipe técnica e infraestrutura. Havia problemas graves também de corrupção que envolvia o IBAMA do Rio de Janeiro e Angra dos Reis (que foi solucionado com a demissão e/ou afastamento de vários servidores, na época). De lá para cá, muita coisa mudou, e reforçou-se a gestão das Unidades de Conservação na região sul fluminense. A APA Cairuçu se estruturou, tem equipe, tem Conselho ativo, está inserida e participante no Mosaico da Bocaina, que demonstram uma maior participação social na região. Alguns passivos ambientais vão lentamente solucionando-se, como as marinas de Paraty. Agora temos o desafio do conflito da ocupação das ilhas, que também está a caminho de sua solução. Lembrou que conflitos sempre existirão, são inerentes à gestão de UC, mas que o ICMBio está aberto e sendo transparente, e que vê que o próprio Conselho também amadureceu. Falou sobre a importância do processo de revisão do plano diretor do município andar junto à revisão do plano de manejo da APA. Por fim, falou sobre alguns princípios básicos para o trabalho dos Conselhos (e das CTs instituídas para a revisão do plano de manejo): *Legalidade* – as normas e propostas devem estar de acordo com as leis. Como o conselho não é deliberativo, o que for produzido devem ser propostas. Lembrou que a questão das ilhas de Paraty não pode passar apenas pelo plano de manejo, deve passar pela alteração do decreto de criação da APA, o que é o desejo de todos. *Formalidade* – Tudo deve estar documentado, atas, pareceres das CT etc. *Legitimidade* - Cada instituição deve legitimar suas posições e decisões em suas bases; isso é difícil mas necessário. *Representatividade* - Os conselheiros tem que representar seus coletivos, e não suas visões e interesses particulares. *Transparência* - a partir do Conselho e do ICMBio, e isso deve ser sempre cobrado.

A seguir, Anderson Nascimento abriu o debate. A conselheira Bernadete Passos disse que a demora na revisão do plano de manejo da APA Cairuçu é o motivo do conflito, e que a gestão do conflito das ilhas vem sendo conduzida de forma que desagrada. Criticou a paralisação dos trabalhos das CT de revisão do plano de manejo, pois pareceu uma punição; e considerou as falas institucionais de hoje hostis. Pediu transparência em todos os processos. Opinou que as leis devem servir aos homens, e não vice-versa. Mencionou o conflito da pesca artesanal em Trindade. Terminou dizendo que o plano de manejo deveria ser feito/revisto por pessoas eleitas, e não indicadas.

O conselheiro Gibrail Junior lembrou o histórico da criação das UC em Paraty e a demora em sua implementação, dizendo que a implementação das UC se deu de cima para baixo. Falou de seu histórico pessoal na defesa do meio ambiente. Afirmou não ter quaisquer problemas pessoais, mas que conhece bem o conflito (das ilhas) por ser parte dele, por ser sua família ocupante de uma ilha há muitos anos. Opinou que o município deve ter autonomia neste processo. Trouxe um documento assinado pelo Prefeito (lido no momento por Eduardo Godoy) solicitando a gestão do conflito das ilhas (alteração do decreto de criação da APA e revisão do plano de manejo); a disponibilização de documentos para embasar o trabalho da CT das ZUCs; a paralisação das ações junto ao MPF e SPU relativas às ilhas do município até que isso seja tratado pelo CONAPA e a reabertura das ilhas que possuem comércio até que seja finalizado o processo de revisão do plano de manejo.

O conselheiro Carlos Fernando Andrade relembrou que a primeira iniciativa de revisão do plano de manejo no CONAPA deu-se em 2010, e ele fez parte do GT, na ocasião. Depois disso, o processo ficou parado, e quando foi reiniciado em 2013, houve o atentado e a paralisação. Destacou a necessidade desta paralisação e perguntou como o ICMBio enxerga a relação disso com o atentado e quais os prazos para este processo ser concluído.

O ouvinte Domingos Oliveira disse que a indignação é um sentimento generalizado no país, neste momento. Disse que acompanhou todo o processo de elaboração do plano de manejo da APA Cairuçu, e criticou a existência das Zonas de Uso Conflitante, pois as situações continuaram mal resolvidas desde então. Questionou também os conselhos (de forma geral), que servem para buscar conciliações, mas tem muitos conflitos. Opinou também que as leis não devem ser premissa, mas sim a preservação ambiental. Quando há conhecimento, é mais fácil resolver conflitos. Por fim, falou que é necessário rever os conselhos, que é necessário ter garantia de continuidade, e que a repressão não ajuda, só atrapalha.

O ouvinte Américo Emétrio disse que desde 1983 a APA Cairuçu existe, e em 2005 foi publicado seu plano de manejo, mas que não era compatível com o plano diretor do município. Depois disso veio a repressão. Lembrou que no Conselho anterior (da APA) havia uma proposta de regularizar a Ilha Rasa, e depois, ele foi multado e teve o empreendimento fechado. No ano passado, fecharam outras ilhas. E afirmou que de 1983 a 2008 não houve resposta a este conflito. Neste ano, houve a bomba, mas a prejudicada é a população. Depois citou vários trechos de leis ambientais e questionou por que não é feita recategorização das ZUC como é indicado no plano de manejo da APA. Por fim, disse que a Ilha Rasa poderia ser um modelo de negociação (deste conflito), mas que o ICMBio com o MPF agora estão pedindo o cancelamento da cessão de uso da ilha.

Anderson Nascimento passou a fala para Luis Felipe responder ao primeiro bloco de perguntas. Luis Felipe disse que o ICMBio tem a missão de proteger o meio ambiente, mas que cada vez mais o ser humano é considerado como parte deste meio ambiente; e que não podemos nem queremos negar nossa história. Mas temos que avançar. Reafirmou que os conflitos tem que ser trabalhados, e o serão. Lembrou que os conselhos das APA são consultivos, mas que quando são fortes e responsáveis, acabam sendo deliberativos na prática. Vê um amadurecimento neste conselho da APA Cairuçu, e colocou a CR-8 a disposição para colaborar no que for necessário. Depois, passou a responder algumas questões específicas:

- *Pesca artesanal em Trindade*: Falou que pode responder sobre este assunto, mas em outra ocasião, para não perder o foco que é a APA Cairuçu, neste momento e local;
- *Ações do ICMBio junto ao MPF, SPU e outros, sobre as ilhas*: Falou que o ICMBio está sendo demandado pelo MPF sobre esta questão, e que isso faz parte das funções do MPF, e o ICMBio como instituição pública não pode furtar-se de responder, sob pena de punições inclusive pessoais (civis). Afirmou que neste debate há duas discussões: as ilhas da ESEC Tamoios e as da APA Cairuçu. E que o que se está construindo (inclusive com a participação da Prefeitura de Paraty) é um diálogo para uma solução de longo prazo. Disse que por vezes, as velocidades das demandas divergem, pois a velocidade de resposta ao MPF é cobrada e por vezes mais rápida do que a do Conselho, mas que os processos estão andando juntos, e Eduardo Godoy manterá o Conselho sempre informado sobre este processo.
- *Sobre o processo de revisão do plano de manejo da APA Cairuçu*: Falou que este processo não está sendo feito de cima para baixo, senão, não estaríamos aqui agora. O conselho está totalmente

inserido neste processo, e o que foi produzido até agora não será perdido, mas incorporado.

- *Sobre a paralisação das CT de revisão do plano de manejo*: Reconheceu que pode ter sido um erro esta paralisação, mas pediu tranquilidade aos conselheiros, pois o processo está sendo retomado hoje. Lembrou que caso necessário, podem haver reuniões extraordinárias, além das reuniões específicas das CT, e que o processo não será prejudicado.
- *Sobre o documento do Prefeito*: Disse que será lido e analisado com calma e respondido o mais rápido possível.
- *Sobre os atentados*: O ICMBio vê isso como inadmissível, mas que a resposta da instituição é de paz, e de retomada dos trabalhos.
- *Sobre a Ilha Rasa*: o assunto será discutido em reunião específica já marcada para o dia 1 de julho.

Anderson Nascimento abriu novamente para mais um bloco de perguntas. O conselheiro Isaías da Apresentação falou que acha que este processo (de revisão do plano de manejo) acabará na justiça. O Conselho da APA é consultivo, e onde está o deliberativo no ICMBio? O conflito continua, e a sociedade está desacreditada. Falou que a sociedade não é contra a preservação. Disse que cabe ao ICMBio achar a solução deste conflito, e não pode jogar esta responsabilidade para o Conselho.

O ouvinte Manoel Nascimento ("Sabiá") apoiou a fala do Isaías e falou brevemente sobre conflitos locais na Ponta Grossa. Anderson Nascimento solicitou ordenamento nas falas, de acordo com as inscrições, e passou a palavra para Rogério Rocco responder a algumas questões.

Rogério Rocco:

- *Sobre processos de criação de UCs "de cima para baixo"*: realmente na época da criação das UC na região (década de 80), na ditadura militar, os processos eram feitos de cima para baixo, mas hoje não o são. Hoje os processos têm consultas públicas e envolvem amplamente a sociedade.
- *Sobre a relação com as leis e sobre quem cria normas (planos de manejo)*: concorda que as leis são feitas para os homens sim, e pelos homens. Mas o problema é que hoje vivemos uma crise de representação, as pessoas vão as ruas por não se sentirem representadas. Acha que este debate é válido, mas hoje, nós representamos uma instituição do poder executivo que tem esta atribuição, e não podemos nos furtar dela, mesmo que tenhamos opiniões particulares diferentes. E nossos limites são as leis, sim. Mas temos sempre a capacidade de dialogar, e é isso que estamos fazendo aqui hoje. Estamos buscando espaço político dentro do ICMBio para resolver estes conflitos locais. Lembrou que para alterar o zoneamento das ilhas da APA, é necessário alterar o decreto de criação da Unidade, e que para isso, deverá passar pelo Congresso Nacional. Portanto, é necessário construir-se um caminho político para isso.

O ouvinte Vidal, após agradecer a presença e esforço da equipe da CR-8 para gerir estes conflitos em instâncias superiores, reforçou o pedido do Prefeito de paralisar as ações junto ao MPF sobre as ilhas, enquanto não andar no Conselho, pois entende que este é o fórum legítimo para isto. Falou que a Câmara de Vereadores vai ratificar esta posição junto ao Prefeito. Questionou a legalidade do Decreto de criação da APA, em desacordo com o SNUC. Sobre a Ilha Rasa, disse que acredita que é possível chegar a uma solução. Sobre as ilhas, em geral, disse que o município tem interesse em cerca de dez ilhas apenas e que é possível chegar a um consenso. Sobre o atentado a bomba, disse que repudia o ato, mas opina que é um risco inerente à função (do ICMBio). Sugeriu que saia uma manifestação do CONAPA hoje solicitando satisfações quanto às investigações. Questionou se o ICMBio realmente deseja alterar o Decreto de criação da APA e o plano de manejo. Perguntou sobre o cronograma para a

revisão do plano de manejo. Sobre as operações de fiscalização, opinou que o Conselho deve estar informado (antes). Solicitou que seja dado andamento ao termo de parceria entre o ICMBio, Prefeitura e Câmara Municipal de Paraty. Por fim, solicitou que os trabalhos já feitos pela CT das ZUC seja aproveitado.

A conselheira Maristela Resendes questionou aos membros da CT das ZUC por que o Parque Nacional da Bocaina não foi convidado para as reuniões que ocorreram no período em que os trabalhos tinham sido suspensos, já que o Parque fazia e faz parte desta CT. Gibrail Junior respondeu que foi um erro, mas que pensou que o ICMBio como um todo estaria de fora das reuniões.

O conselheiro Fernando Louro opinou que muita pouca coisa mudou em Paraty ao longo dos anos, em relação as UC. Não viu mudanças de 2005 para cá, apesar as Unidades terem mais equipe e material. Não há placas de sinalização, acha que está tudo uma bagunça. Opinou que o ser humano está no centro de tudo, e tem que estar inserido no meio ambiente. Disse que a área está preservada, mas não devido aos órgãos ambientais, mas aos moradores. Questionou sobre o problema de saneamento e a construção da ETE em Trindade. Disse que os órgãos ambientais não estão ajudando em nada neste processo. Questionou as premissas colocadas, dizendo que não são reais (colocadas em prática), mas que temos que buscar isso.

A ouvinte Fernanda Ravanholi disse que está conduzindo o Conselho da Cidade (CONCIDADE) que tem como função a revisão do plano diretor de Paraty, e que coloca-se a disposição para trabalhar junto ao CONAPA e o IPHAN nestes dois processos (revisão do plano diretor e do plano de manejo da APA Cairuçu). Propôs que saia na reunião de hoje um cronograma de trabalho, dizendo que no dia 2 de julho há reunião da CT de revisão do plano diretor, no CONCIDADE. Por fim, pediu foco de todos nestes dois processos, pois a especulação imobiliária vem rápida e pode atropelar toda a discussão se não formos rápidos.

Bernadete Passos pediu novamente a palavra e disse que tinha aliviado a pressão sentida no início da reunião. Disse que quando há vontade política as coisas acontecem, e que já existe um consenso da necessidade de revisão do plano de manejo da APA. E sugeriu que caso seja necessária a contratação de equipes técnicas para o processo de revisão, que isso seja logo providenciado.

Finalizando o momento de debate, Luis Felipe respondeu às últimas perguntas:

- Sobre termo de parceria com a Prefeitura: O ICMBio tem interesse sim, e o fará, mas agora nossa prioridade é a revisão do plano de manejo.
- Sobre o interesse do ICMBio na alteração do Decreto: Isto é uma consequência natural do processo de revisão, e se isso é necessário, sim, o ICMBio tem interesse. Isto está sendo debatido e priorizado nas instâncias superiores do Instituto.
- Sobre uma reunião da Câmara de Vereadores com o presidente do ICMBio para tratar da questão das ilhas: Pode ser marcada sim.
- Sobre investigações da PF sobre o atentado: Ratifica a sugestão de que o CONAPA faça uma moção hoje cobrando resultados. APA Cairuçu ficou responsável por elaborar minuta de ofício e enviar aos conselheiros para aprovação.
- Sobre necessidade de contratação de equipe técnica para revisão do plano de manejo: O ICMBio já está articulando isso, e podemos trazer informes atualizados ao Conselho.

Anderson Nascimento retomou a pauta do dia, e verificou que os informes (sobre CT das ZUC e sobre ações junto ao MPF sobre ilhas) já haviam sido inseridos nas discussões do debate. Eduardo Godoy complementou o segundo assunto dizendo que trará as atas das reuniões junto ao MPF para a CT das ZUC, como um dos documentos de trabalho do grupo.

Anderson Nascimento disse que embora o informe da CT de ZUC não tenha sido apresentado, os avanços e produtos desta CT serão incorporados no processo, desde que devidamente alinhados às premissas de trabalho do Conselho.

A seguir, passou-se para o seguinte tema da pauta: trabalho em grupo das CT de revisão do plano de manejo. Como neste momento a plenária já estava muito esvaziada e o tempo da reunião escasso, não foram divididos em grupos, mas em plenária foram tomadas as seguintes decisões: foram agregados alguns participantes nas CT e foram definidos os seguintes itens para cada CT: relator, coordenador e data da próxima reunião:

	C.T Zonas Uso Conflitante	C.T Parâmetros Construtivos	C.T Zonas Vilas Caiçaras
Membros	OAB, Prefeitura, Casa Azul, ABAT, Câmara de Vereadores, APA Cairuçu, PN Serra da Bocaina, Representante da ilha Rasa, Capitania dos Portos, UNICAMP, Colônia dos Pescadores.	Casa Azul, Capitania dos Portos, IPHAN, AMAPAR, Prefeitura, APA Cairuçu	Moradores Zona Insular, Moradores Zona Costeira (a consultar), Colônia de Pescadores (a consultar), APA Cairuçu, AMOQC, REJ/INEA, Prefeitura (SEDUMA) e Sec. Pesca.
Coordenador	Gibrail Junior	Bernadete Passos	Anna Cecília Cortines
Relator	Vidal	Fernanda Ravanholi	Secretaria de Pesca <i>(Vidal vai articular)</i>
Data próxima reunião (objetivo: construção do plano de ação)	12/07 9h local: APA Cairuçu	09/07 14h local: APA Cairuçu	09/07 9h local: APA Cairuçu

Foram ainda acordados os seguintes encaminhamentos para o trabalho das CTs:

- As próximas reuniões de cada CT (calendário acima) serão mediadas pela equipe do ICMBio para construção participativa dos respectivos Planos de Ação (O que? Como? Quem? Quando?);
- O ICMBio disponibilizará para cada CT um CD contendo documentos (leis, pareceres, etc) referentes ao tema de cada CT; assim como um roteiro contendo as diretrizes básicas de trabalho.
- Vereador Vidal irá consultar a Secretaria de Pesca para compor e ser relatora da CT de Zonas de Vilas Caiçaras.
- A Secretaria Executiva do CONAPA irá disponibilizar lista atual e contatos dos membros de cada CT para seus coordenadores.

Por fim, foi proposto pela equipe do ICMBio a criação de um grupo de trabalho para exercer a função de controle social do Conselho, como uma das estratégias de melhoria do CONAPA. Tal grupo teria como função a elaboração das pautas das reuniões (consultando os demais conselheiros), e propostas para capacitação e para a mediação das reuniões do Conselho. Disponibilizaram-se para participar deste GT: Fernanda Ravanholi (SEDUMA) e Bernadete Passos (Casa Azul). Ficaram de ser consultadas Bete Canela (Associação Cairucu) e Anna Cecília Cortines (SEDUMA), que já haviam manifestado disponibilidade a colaborar com este tema, anteriormente. Tatiana Ribeiro (Secretaria Executiva CONAPA) ficou responsável por articular o grupo e a primeira reunião.

As atas das reuniões de novembro de 2012, de fevereiro e de março de 2013, que haviam sido enviadas aos conselheiros antes da reunião, estão aprovadas uma vez que não houve manifestação alguma sobre as mesmas.

Anderson Nascimento passou a palavra a Eduardo Godoy, que deu a reunião por encerrada às 18:00h.

Ata redigida por Tatiana Ribeiro em 24/06/2013. Aprovada no dia

Eduardo Godoy Aires de Souza
Presidente do CONAPA